

O AVARENTO E O ESBANJADOR

Georg Simmel

O avarento é aquele que encontra satisfação na posse mais intensa do dinheiro, sem proceder à aquisição ou ao desfrute de objetos específicos. O seu senso de poder é assim mais profundo, mais perigoso e mais precioso para ele do que o domínio sobre objetos específicos pudesse jamais ser. Como já vimos, a posse de objetos concretos é inerentemente circunscrita; a alma avarenta que sem cessar procura satisfação e penetração até a natureza mais última e mais íntima, mais absoluta dos objetos é penosamente por eles recusada. Eles são e permanecem separados resistindo à incorporação ao eu e assim pondo fim até à mais apaixonada posse. A posse do dinheiro fica livre dessa contradição latente em todos os demais tipos de propriedade. Ao custo de não obter coisas e de renunciar a todas as satisfações específicas ligadas a objetos particulares, o dinheiro pode dar um senso de poder bastante distanciado dos objetos empíricos reais não se sujeitando às limitações impostas pela posse dos mesmos. Só o dinheiro nós possuímos sem limitações. Só ele pode ser completamente incorporado ao uso que planejamos fazer dele.

Os prazeres do avarento são quase que estéticos. Pois os prazeres estéticos jazem além da realidade impermeável do mundo e dependem do seu lustro e de sua aparência que estão inteiramente acessíveis à mente e que podem ser penetrados por ela sem resistência. Os fenômenos associados ao dinheiro só são as mais claras e mais transparentes instâncias de uma série de fenômenos em que o mesmo princípio se realiza em outros contextos. Conheci certa vez um homem que não sendo mais muito jovem e vindo de uma família abastada, passava o tempo todo aprendendo o que pudesse – línguas as quais nunca falou, danças soberbas que nunca praticou, realizações de todo tipo de que nunca fez uso nem nunca quis usar. Essa é precisamente a característica do avaro: a satisfação com a posse completa de uma potencialidade sem jamais pensar na sua realização. Ao mesmo tempo exemplifica uma atração que se assemelha à estética, o domínio tanto da pura forma como do ideal dos objetos ou comportamentos com respeito a cada passo em direção à realidade - com seus inevitáveis obstáculos, óbices e frustrações – só poderia ser uma deterioração, e necessariamente conduziria ao sentido de que os objetos são potencialmente para ser dominados.

A contemplação estética, que é possível a cada objeto e de modo especialmente fácil ao belo, de modo eficaz reduz a lacuna entre o eu e o objeto. Permite uma imagem tão fácil, tão sem esforço e harmoniosa da imagem do objeto quanto se esta imagem fosse determinada só pela natureza do eu. Daí o senso de liberação que acompanha um modo de ser estético; se caracteriza pela emancipação da opressão pesada da vida, e a expansão do eu com alegria e liberdade para com os objetos cuja realidade de outro modo a violaria. É esse o tom de alegria psicológica na simples posse do dinheiro. A estranha, coalescente, abstração e antecipação da posse da propriedade que constitui o significado do dinheiro é como o prazer estético que permite à consciência um jogo livre, uma extensão portentosa num meio irresistível e a incorporação de todas as possibilidades sem violação ou deterioração pela realidade. Se definirmos a beleza como *uma promessa de felicidade*, essa definição seria ainda um indicador da semelhança entre a atração estética e a atração do dinheiro, porque esta se encontra na promessa das alegrias que o dinheiro torna possíveis.

Tem-se tentado combinar a atração ainda sem forma com a atração da forma; este é um dos significados das jóias e dos adornos. Seu dono aparece como representante e possuidor de uma quantidade de dinheiro suficientemente grande para simbolizar o seu poder coalescente; mas também nas jóias a liquidez absoluta e a potencialidade do dinheiro tomam alguma sorte de medida definitiva de formas e de qualidades específicas. Chama especial atenção o seguinte exemplo de uma dessas tentativas de combinação (de liquidez e forma definida): na Índia durante muito tempo foi costume amearhar dinheiro na forma de jóias. Ou seja, a pessoa dissolvia as suas moedas transformando-as em jóias (com pequeníssima perda de valor) e mantinha aquilo acumulado para uma necessidade quando era usado como dinheiro. Aparentemente o valor na forma de jóias tanto é mais condensado quanto mais rico em qualidade. Essa combinação permite que o valor apareça ligado mais de perto à pessoa, no sentido de que se torna mais individualístico e temporariamente perde sua natureza atomizada. Tal semelhança é tão convincente que desde o tempo de Salomão, o entesouramento de metais preciosos sob a forma de utensílios se baseou na crença enganosa de que o tesouro está mais próximo da família e mais a salvo das mãos dos inimigos nessa forma. O uso direto de moedas como jóias costuma ser praticado para manter a fortuna sobre a pessoa, sob sua constante supervisão. A jóia, que é um ornamento pessoal, é também símbolo do seu portador, sendo essencial que seja valiosa; tanto este objetivo ideal da jóia como o objetivo prático anteriormente mencionado, depende da associação estreita da jóia com o eu. No Oriente, o mais importante requisito de toda riqueza é de que se possa fugir com ela, ou seja, ela está absolutamente ligada ao seu possuidor e ao seu destino.

Pode-se observar também que a alegria na posse do dinheiro sem dúvida também contém um momento idealístico cuja importância só é aparentemente paradoxal porque por um lado os meios para o alcançar são necessariamente diminuídos no processo de obtenção e por outro lado porque esse sentimento de alegria costuma expressar-se no indivíduo numa forma não idealística. Isso não deve obscurecer o fato de que o gozo que traz a posse do dinheiro é uma alegria abstrata, uma das que está mais distanciada da imediatez sensual e uma das mais exclusivamente mediadas pelos processos de pensamento e de fantasia. Sob esse aspecto assemelha-se à euforia da vitória, tão forte em certos indivíduos que eles sequer se questionam sobre o que realmente ganharam ao vencer...

O esbanjador se parece muito mais ao avarento do que a sua aparente polarização poderia indicar. Observemos que nas economias primitivas a acumulação de valores não é condizente com a própria natureza de coisas valiosas, ou seja, por conta do curto limite de armazenamento de produtos agrícolas. Assim, sempre que a sua conservação em dinheiro estavelmente armazenável não é a prática, dificilmente ocorre o fenômeno da miséria da acumulação. Quando os produtos agrícolas são produzidos e consumidos imediatamente, costuma existir uma certa liberalidade especialmente com os hóspedes e os necessitados. O dinheiro é mais passível de juntar e isso torna essa liberalidade menos viável. Assim, fala Petrus Martyr dos sacos de chocolate que serviam de dinheiro aos antigos mexicanos, e que não podiam ser armazenados nem ocultos por muito tempo, não podendo assim engendrar a miséria. Do mesmo modo, as condições naturais limitam a viabilidade e o encanto da prodigalidade. O consumo prodígio e o desperdício fátuo se vêem limitados pela capacidade de consumo dos membros da família e dos de fora.

O fato mais importante no entanto é que o gasto perdulário tem um significado e uma nuance diferentes que o distinguem do gasto com objetos concretos. Estes significam que o valor, para quaisquer objetivos individuais é simplesmente destruído,

enquanto no primeiro caso foi propositalmente convertido em outros valores. O perdulário na economia monetária (que só é significativo para uma filosofia do dinheiro) não é alguém que sai distribuindo seu dinheiro tolamente, mas o usa para compras desnecessárias, não apropriadas às suas circunstâncias. O prazer do gasto deve ser diferenciado do prazer no usufruto passageiro dos objetos, da ostentação e da ansiedade na alteração da compra e do consumo. O prazer do gasto depende simplesmente do instante da troca de dinheiro por quaisquer coisas. Para o perdulário, a fascinação do instante obscurece a avaliação racional do dinheiro ou da mercadoria.

A esta altura, a posição do gastador no nexo instrumental fica clara. O objetivo de gozar da posse de um objeto é precedido por dois momentos— primeiro a posse do dinheiro e segundo a troca desse dinheiro pelo objeto desejado. Para o avarento, o primeiro pode até ser um fim prazeroso em si; para o perdulário, o segundo. O dinheiro é quase tão importante para o perdulário como para o avarento estando a diferença mais na atitude da posse, do que no dispêndio. A sua apreciação do seu valor se revela no instante em que o dinheiro se transforma em outros valores; a intensidade desse sentimento é tão grande que compra o usufruto desse momento em detrimento de todos os valores mais concretos.

Fica então claro para quem observa, que a indiferença sobre o valor do dinheiro que constitui a essência e o charme da prodigalidade só é possível porque o dinheiro é amealhado e tido como muito valioso e especial. Para o homem indiferente, jogar seu dinheiro fora, seria feito com simplicidade. O seguinte exemplo é ilustrativo dos imensos gastos do antigo regime: uma dama tendo devolvido um diamante de 4 a 5 mil francos que o Príncipe Conti lhe havia mandado, ele o mandou esmagar e com os fragmentos fez o papel de areia em que a informou do incidente. Taine diz o seguinte sobre as atitudes daquela época: uma pessoa é mais um homem do mundo quanto menos se preocupar com dinheiro. Mas precisamente aqui reside o auto-engano. Pois, à maneira dialética, a instância consciente e fortemente negativa para com o dinheiro tem o sentimento oposto como sua base, e só ele confere significado e atração.

O mesmo é verdadeiro das lojas que se encontram nas metrópoles, que num contraste direto com as lojas que fazem liquidações, se gabam de ter os preços *mais elevados*. Assim, implicam que seus clientes são gente fina – os que não perguntam preços. Mas o notável aqui é que eles não focalizam o que realmente importa – a qualidade da mercadoria. Assim, inconscientemente colocam o dinheiro sobre todo o resto, mesmo que com uma reversão de valor. Por sua estreita associação com o dinheiro, a luxúria do esbanjador cresce monstruosamente e rouba da sua vítima qualquer senso de proporção. Pois o dinheiro não detém a regulação que a capacidade humana impõe aos objetos concretos. Essa é a mesma imoderação que caracteriza a avareza miserável. A pura potencialidade que ela busca em vez da fruição dos objetos reais, tem perspectivas infinitas. À diferença da anterior, não tem estímulos nem limites, e tende a se tornar completamente amorfa e cada vez mais apaixonada. Essa é a razão para a amargura e os descabimentos nas brigas por herança. Como não há esforços ou aporcionamentos que determinem o direito das partes, ninguém se inclinará a priori a reconhecer os direitos dos outros. Positivos, os direitos individuais ficam sem limites e qualquer aproximação destes é percebido como uma injustiça desarrazoada. A inerente falta de um relacionamento entre o desejo e ao acesso ao objeto, que nas brigas patrimoniais tem raízes nas próprias relações envolvidas na herança, em que a avareza surge da natureza própria do objeto. Uma rebelião por cunhagem de moedas em 1499 é uma excelente ilustração da falta de princípio maximizada pela natureza do dinheiro e que evita a limitação de demandas. O governo queria que só a boa moeda fosse válida, sem levar em conta que anteriormente já havia moedas ruins. Então as pessoas que

havia recebido só boas moedas por suas mercadorias se revoltaram violentamente porque seu pagamento em moeda ruim já não era recebido. A existência da má e da boa moeda oferece as maiores oportunidades para a ausência de moderação da avareza, comparada com as paixões outras mais intensas que parecem ter apenas um domínio parcial sobre as emoções. Mesmo na China têm havido levantes pelo governo pagar em má moeda e coletar impostos em boa moeda.

Essa tendência à imoderação inerente ao interesse no dinheiro como tal, levantou a hipótese de que fosse também a fonte oculta do fenômeno peculiar das trocas naturais. Os pequenos especuladores de grãos conhecidos em inglês como *Os Outsiders (Os De fora)*, quase sem exceção assumem um mercado crescente. Eu acho que o fato logicamente inegável além de praticamente irrelevante de que o ganho na especulação da baixa de mercado não oferece atração emocional no seu modo de ser. Os especuladores de larga escala cujo objetivo é a real entrega das mercadorias calculam as probabilidades de ambas as tendências de mercado mas pela pura especulação de dinheiro como se encontra nos jogos do futuro, qualquer tendência é adequada sempre que a tendência seja potencialmente infinita.

Essa tendência que constituía a estrutura interior motivacional de um interesse em lucro em dinheiro, fica ainda mais visível nos eventos seguintes.

A economia agrária alemã no período de 1830 a 1880 propiciou retornos sempre ascendentes. Isso trouxe a ilusão de que isso continuaria sempre. Assim, os agricultores já não compravam em moeda corrente, mas ao valor daquela cujas taxas de lucro aumentassem. Essa é a causa do mau estado da economia agrícola. É a natureza monetária dos lucros que produz a errônea concepção de valor: quando os rendimentos se baseiam unicamente no “valor de uso” numa quantidade concreta e imediata, a idéia de crescimento se vê muito limitada; mas a potencialidade a antecipação do valor monetário é ilimitada.

Tal é a base comum da natureza da avareza e da prodigalidade. Ambas rejeitam por princípio que só o cálculo possa limitar ou deter o nexos instrumental: cálculo este baseado na fruição do consumo do objeto. O mão-aberta- que não deve ser confundido com o epicurista- e o meramente frívolo, apesar desses elementos por vezes se misturarem. Por tal razão essa fruição é freada pelo curso da inquietação e da transitoriedade. O momento inicial é também o momento final. A vida do perdulário é marcada pela mesma fórmula demoníaca que a do miserento; cada prazer fruído faz surgir o desejo por um prazer maior que nunca será satisfeito. A satisfação nunca pode ser alcançada porque é buscada numa forma que desde o começo se propõe a ultrapassar seus fins e se confina aos meios e ao momento que antecede a satisfação. O miserável é o mais abstrato dos dois: o seu objetivo existe ante antes de próprio fim. O perdulário chega mais perto dos objetos reais. Abandona o movimento em direção a um fim racional mais tarde do que o miserável, onde se detém como se fosse verdadeiramente aquele o seu objetivo. Essa identidade dos dois tipos apesar da oposição diamétrica dos seus comportamentos visíveis- e à falta de um objetivo regulador que sugira uma caprichosa inter-fogo entre as duas tendências igualmente desprovidas de sentido – explica por que a avareza e a prodigalidade costumam encontrar-se na mesma pessoa, em áreas de interesse diferentes, e no contexto de modos de ser diferentes. Estados de espírito constritivos ou expansivos se expressam na avareza ou na prodigalidade, como se o impulso fosse o mesmo e só seu valor diferisse.

Georg SIMMEL, 1907
“On Individuality and Social Forms”,
University of Chicago Press, 1971

Excerto da Filosofia do Dinheiro

Tradução de Simone Carneiro Maldonado

Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A revista *Política & Trabalho*, editada anualmente pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, aceita propostas de artigos para publicação. No entanto, todos os trabalhos que não tenham sido explicitamente encomendados aos seus autores, através de correspondência oficial da Comissão Editorial, serão submetidos à avaliação do Conselho Editorial, ao qual cabe a decisão final sobre sua publicação. O Conselho Editorial reserva-se, ainda, o direito de sugerir ao autor modificações de forma, com o objetivo de adequar o texto às dimensões da revista ou, do mesmo modo, ao seu padrão editorial e gráfico. O recebimento dos artigos para avaliação prevê, também, as seguintes normas.

1. Devem ser entregues 03 (três) cópias impressas do artigo, em papel formato A4, sendo 02 (duas) dessas cópias sem a identificação do autor do texto. Também deve ser entregue 01 (uma) cópia em CD-R 700MB/80MIN.
2. O texto deve estar digitado no programa processador de textos *Microsoft Word for Windows* versão 2000 (9.0), ou superior, com espaçamento entre-linhas 1,5, fonte *Times New Roman* em corpo 12.
3. No final do texto devem constar 02 (dois) resumos de, no máximo, 05 (cinco) linhas, sendo um em português e o outro em inglês ou francês. Junto aos resumos devem constar, ainda, 03 (três) palavras-chave, para efeito de classificação bibliográfica. (OBS: não serão aceitos trabalhos para avaliação sem os respectivos resumos e palavras-chave).
4. As citações, quando existirem, caso excedam a extensão de 03 (três) linhas devem estar destacadas do corpo do texto (com recuo de 4 cm, espaçamento simples e tamanho 12).
5. As referências bibliográficas existentes no corpo do texto devem seguir a norma ABNT NBR-6023/out. 2000, ou o comumente chamado “sistema autor/data”. Exemplo: (MARX, 1847, p. 25).
6. A relação bibliográfica consultada para a elaboração do trabalho, cuja presença ao final do texto é obrigatória, deve conter todas as obras mencionadas nas referências do corpo de texto e nas citações.
7. O artigo deve conter, ainda, em sua primeira página, como nota de rodapé, o vínculo institucional do autor e, quando necessário, indicação da entidade patrocinadora do trabalho ou evento e data em que foi originalmente apresentado, quando o texto for resultado de comunicação oral ou conferência.
8. Em anexo ao trabalho deve constar o endereço para correspondência do autor e, caso exista, e-mail e/ou número de fax, além do endereço postal.
9. Os trabalhos deverão ser enviados para o seguinte endereço:

Revista *Política & Trabalho*
Universidade Federal da Paraíba
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Bloco V
Campus I – Cidade Universitária

CEP 58.051-970
João Pessoa – Paraíba – Brasil

10. Política & Trabalho também recebe livros para resenhas/divulgação de lançamentos e outras comunicações, que devem ser enviados(as) para o editor da revista.